

# CDU propõe reforma aos 65 anos e 50 mil novas habitações públicas

written by O Cidadão | 25 de Janeiro, 2024



Na apresentação do programa eleitoral da CDU, num hotel em Lisboa, Paulo Raimundo defendeu que os reformados e pensionistas *“merecem uma vida melhor, incluindo com aumentos anuais que valorizem as pensões, em particular as mais baixas”*.

Para tal, o líder comunista voltou a defender um aumento, já em 2024, de todas as pensões em 7,5%, com um mínimo de 70 euros e efeitos retroativos a janeiro, além da criação de *“dois novos escalões de pensões mínimas do regime contributivo e aumento dos respetivos valores”*.

A par destas medidas, a CDU defende também *“a reposição da idade da reforma nos 65 anos”* e *“a reforma sem penalizações*

**aos 40 anos de descontos”.**

A nível salarial, Paulo Raimundo voltou a insistir que o salário mínimo nacional deve ser aumentado para mil euros já este ano, acompanhando esta medida igualmente de uma proposta para que todos os salários sejam aumentados num mínimo de 15%, não inferior a 150 euros.

Estas medidas salariais foram igualmente acompanhadas por várias propostas a nível de impostos, que visam *“pôr fim à injustiça fiscal”* e incluem acabar *“com os benefícios fiscais dados ao grande capital em sede de IRC, avançar com a taxaçoão extraordinária dos lucros da banca, da energia e da grande distribuição”*.

A CDU quer também o *“englobamento obrigatório de todos os rendimentos para o último escalão do IRS e, ao mesmo tempo, fixar o IVA sobre a eletricidade, gás e telecomunicações nos 6%”*.

Propomos *“uma política fiscal que reduza o IRS para os trabalhadores e os pensionistas, através do aumento da dedução específica em 1.035 euros, do aumento do número de escalões para dez e do desagravamento em três pontos percentuais nos três primeiros escalões”*, acrescentou Paulo Raimundo.

Já no setor da habitação, o secretário-geral do PCP defendeu que *“é preciso regulamentar um dos setores mais liberalizados da economia”* e *“criar um regime especial de habitação própria que coloque os lucros dos bancos a suportar as altas taxas de juro”*.

Considerou ainda necessário *“revogar o aumento das rendas e, de uma vez por todas, pôr fim à lei dos despejos”*, além de propor *“avançar para a urgente estabilidade dos contratos na base dos dez anos”* e *“pôr fim aos benefícios”* dos não residentes.

*“É preciso que o Estado assuma rapidamente as suas*

*responsabilidades e avançar de forma decidida para um urgente Programa de oferta pública de habitação que assegure o valor médio anual de 1% do PIB para o investimento público em habitação, onde se inclui a disponibilização de 50 mil novas habitações públicas”, afirmou.*